

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº  
1.473.791 - SP (2019/0082471-4)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**EMBARGANTE : WALDEMAR MARCELINO - ESPÓLIO**  
**ADVOGADO : CLAUDINEI VERGÍLIO BRASIL BORGES - SP137816**  
**EMBARGADO : MUNICÍPIO DE SOROCABA**  
**PROCURADORES : ANÉSIO APARECIDO LIMA E OUTRO(S) - SP097610**  
**FABRÍCIO PEREIRA DE OLIVEIRA - SP270073**

**EMENTA**

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. SÚMULA Nº 115/STJ. DISCUSSÃO SOBRE REGRA TÉCNICA DE ADMISSIBILIDADE. IMPOSSIBILIDADE. HIPÓTESES FÁTICAS DISTINTAS. RECURSO INDEFERIDO LIMINARMENTE.

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de divergência interpostos por Waldemar Marcelino - espólio contra acórdão proferido pela Segunda Turma deste Superior Tribunal de Justiça assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSOS SUBSCRITOS E TRANSMITIDOS DIGITALMENTE POR ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS, NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. ART. 104 C/C ART. 932, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE OPORTUNA REGULARIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL, APESAR DA INTIMAÇÃO PARA TANTO. NÃO CONHECIMENTO DOS RECURSOS. SÚMULA 115 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara Recurso Especial e o respectivo Agravo, interpostos contra **decisum** publicado na vigência do CPC/2015.

II. Em homenagem ao princípio **tempus regit actum**, o Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que a lei a reger o recurso cabível e a forma de sua interposição é aquela vigente à data da publicação da decisão impugnada, ocasião em que o sucumbente tem a ciência da exata compreensão dos fundamentos do provimento jurisdicional que pretende combater. Assim, consoante o Enunciado Administrativo 3/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 09/03/2016, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015

(relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

III. Nos termos do art. 104 do CPC/2015, "o advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração, salvo para evitar preclusão, decadência ou prescrição, ou para praticar ato considerado urgente". Por sua vez, o art. 932, parágrafo único, do mesmo Diploma Processual dispõe que, "antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de 5 (cinco) dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível".

IV. Intimada a regularizar a sua representação processual, no Recurso Especial e no respectivo Agravo, nos termos do art. 932, parágrafo único, do CPC vigente, a parte agravante deixou transcorrer **in albis** o prazo para tal.

V. Diante da ausência de oportuna correção do vício apontado – apesar de intimada a parte recorrente para tanto –, incide, no caso, a Súmula 115/STJ. Nesse sentido: STJ, AgInt no AREsp 902.090/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe de 21/09/2016; AgInt no REsp 980.452/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 19/12/2016.

VI. Agravo interno improvido.

Alega o embargante dissídio jurisprudencial com aresto prolatado pela Sexta Turma nos autos do AgRg no REsp 1.571.320/AL, no que diz respeito à regularidade da representação processual. Sustenta que deve ser mitigada a incidência no enunciado nº 115/STJ, tal como no precedente.

É o relatório.

O recurso não ultrapassa o juízo de admissibilidade.

A uma, porque os embargos de divergência não se prestam a discutir o erro ou o acerto do *decisum* quanto à incidência ou não de regra técnica de admissibilidade de recurso especial, no caso, do enunciado n. 115/STJ.

A título de ilustração, veja-se:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. NÃO CABIMENTO PARA ANÁLISE DE REGRA TÉCNICA DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. ENTENDIMENTO MANTIDO COM A REVOGAÇÃO DO ART. 1.043, II, DO CPC/2015 PELA LEI N. 13.256/2016. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC.

1. É vedada a utilização dos embargos de divergência para refutar a aplicação de regra técnica de admissibilidade do recurso especial, também após a vigência do CPC/2015, tendo em vista que o inciso II do seu art. 1.043, que previa essa possibilidade, foi revogado pela Lei n. 13.256/2016.

2. Agravo interno que se mostra manifestamente inadmissível, a ensejar a aplicação da multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do CPC, no percentual de 1% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º do citado artigo de lei.

3. Agravo interno não provido, com aplicação de multa.  
(AgInt nos EREsp 1.473.968/RS, Relator o Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Corte Especial, DJe de 30/08/2016)

Ademais, extrai-se do acórdão embargado que, não obstante intimada, a parte não sanou o vício a tempo e modo:

Apesar de a novel regra processual permitir a regularização do vício, nesta instância especial a parte agravante foi intimada para tanto, e não diligenciou para a completa e oportuna instrução do processo, no prazo que lhe foi assinalado, pelo que improcede a irresignação manifestada.

Por fim, igualmente sem razão a defesa do agravante, quanto ao princípio da primazia do julgamento de mérito, se o recurso sequer ultrapassou os limites da admissibilidade.

Nesse contexto, diante da ausência de correção do vício apontado, no momento oportuno – apesar de intimada a parte recorrente para tanto –, deve ser mantida a decisão agravada.

No aresto paradigma a situação fática é outra. Concluiu-se por afastar a incidência do verbete nº 115/STJ diante das peculiaridades ocorridas durante a tramitação do feito, em especial a digitalização do processo, sendo certo que havia nos autos certidão no sentido de que o causídico tinha procuração no feito. Confira-se:

Com efeito, nos termos da Súmula 115 do STJ, *Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos.*

Entretanto, muito embora a regularização da representação processual, bem assim o zelo para a correta digitalização dos autos constituam dever do recorrente, é certo que manter a exigência de mandato nas hipóteses em que possível a percepção da representação processual, em se considerado os gravosos prejuízos à defesa, tais regras devem sofrer temperamentos, de sorte a prestigiar o princípio da ampla defesa.

Na espécie, como visto, consoante certificado nos autos, os quais passaram de físicos a eletrônicos, muitas peças não foram trasladadas/digitalizadas como deveriam, sendo, contudo, certificado pela Secretaria, que o advogado teria, de fato, procuração nos autos, estando, portanto, apto a atuar na representação do recorrente, justificando, assim, excepcionalmente, o afastamento do comando da Súmula 115/STJ.

Ante o exposto, voto por dar provimento ao agravo regimental para, afastada a Súmula 115/STJ, determinar o prosseguimento do feito, com o julgamento do recurso especial.

Desse modo, não há similitude fática entre os julgados recorrido e paradigma a autorizar o reconhecimento do alegado dissídio jurisprudencial.

Ante o exposto, indefiro liminarmente os embargos de divergência.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

**MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
Relatora